

A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS

Nelson Cardoso Amaral¹ – Universidade Federal de Goiás

Resumo

O estudo apresenta uma análise para um conjunto de dilemas e desafios da educação superior brasileira, relacionados às seguintes temáticas: privatização; taxas líquidas e brutas de escolarização; limites socioeconômicos à expansão tanto pública quanto privada; relação candidatos/vagas; vagas não preenchidas; financiamento no contexto do novo PNE e comparações com diversos países membros da OCDE e do BRICS. Os resultados das análises mostram que, em geral, são grandes os desafios do Brasil quando são comparados os indicadores com os países da OCDE. Pode-se concluir que só será possível atingir os parâmetros da OCDE quando ocorrerem, simultaneamente, três efeitos: estabilidade da população com a diminuição de crianças e jovens em idade educacional; crescimento do país e de seu PIB, no contexto do capitalismo mundial; e diminuição das desigualdades sociais existentes.

Palavras-Chave: educação superior; indicadores; percentual do PIB; orçamento.

1. Introdução

A educação superior foi implantada de forma definitiva no Brasil a partir de 1920 quando da instalação da Universidade do Rio de Janeiro, que foi transformada na Universidade do Brasil em 1937 (FÁVERO, 2000, p.12). Até 1964, início da ditadura militar, a educação superior brasileira contava com um pequeno número de matrículas, apenas 142.386 (BARROS, 2007, p.13), para um contingente de 7.142.443 jovens com idade entre 15 e 19 anos, de 6.160.742 jovens com idade entre 20 e 24 anos e de 5.208.742 com idade entre 25 e 29 anos, considerando dados do censo de 1960 – não existem dados disponíveis para o ano de 1964 (BRASIL.IBGE, 2013).

Se considerarmos que a metade dos jovens com idade de 15 a 19 anos possuem idade entre 18 e 19 anos, teríamos em 1960 um total de 9.731.964 jovens com idade entre 18 e 24 anos, período adequado para que as pessoas frequentem um curso de

¹ Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

graduação. Considerando que existiam 142.386 estudantes matriculados, para um contingente de 9.783.964 jovens com idade entre 18 e 24 anos, concluímos que o Brasil possuía no início dos anos 1960 uma baixíssima taxa bruta na educação superior, em torno de 1,5%.

Foi portanto, somente a partir de 1964 que foram promovidas ações que expandissem a educação superior (ES), chegando em 2013 com instituições de educação superior (IES) instaladas em todos os estados da federação e com uma taxa bruta de 14,3%, considerando-se as informações do Censo da Educação Superior de 2011. Pode-se afirmar que essa taxa ainda é pequena e o Projeto de Lei 8.035/2010, projeto de um novo PNE, tem como meta atingir 50% de taxa bruta, no final da década de sua validade – contada a partir do ano de aprovação do Projeto de Lei.

No percurso de tempo, de 1964 a 2011, em que a educação superior brasileira passou de 142.386 estudantes matriculados para 6.739.689, e a taxa bruta, de 1,5% para 14,3%, acumularam-se dilemas e desafios que se apresentam aos dirigentes institucionais, governantes – poderes Executivo e Legislativo – e à sociedade.

A literatura acadêmica que discute a educação superior brasileira destaca problemas que significam verdadeiros desafios a serem enfrentados na educação superior brasileira: a grande privatização das matrículas; as baixas taxas líquida e bruta; o pequeno percentual de jovens que frequentam IES que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão; o elevado quantitativo de professores contratados em tempo parcial; o baixo número de professores contratados com o título de doutor; a elevação dos recursos públicos que se dirigem às IES privadas; a baixa relação aluno/professor; a grande evasão dos estudantes, principalmente os da licenciatura; a implantação de um processo de avaliação que privilegia um exame de larga escala em detrimento de processos avaliativos mais amplos e abrangentes; a mercantilização da educação superior; a inadimplência dos estudantes que estudam nas IES privadas; o elevado custo das universidades de pesquisa; a isonomia salarial e a carreira única nas IES federais; o corporativismo existente no interior das IES; a pressão exercida pela mundialização do capital com a intenção de padronizar a constituição e a atuação das IES; a necessidade de internacionalizar as atividades das instituições, a grande assimetria existente entre e nas regiões brasileiras etc.

Em meio a tantos problemas que explicitam diversos dilemas e desafios tão diferenciados, analisaremos neste estudo as seguintes vertentes: a) o tamanho da educação superior brasileira e seu financiamento; b) a privatização; c) as taxas líquidas e brutas de escolarização; d) o limite à expansão pública e privada; e) a relação candidato/vagas oferecidas; f) as vagas não preenchidas; g) o financiamento das IES no contexto de um novo PNE; e h) o valor aplicado em ES por pessoa em idade educacional, comparando com diversos países.

Neste estudo, sempre que possível, analisaremos indicadores associados à educação superior no Brasil e teceremos comparações com os países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com os países que fazem parte do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Os países da OCDE são aqueles mais ricos do mundo e possuem uma renda *per capita* média de US\$/PPP² 34.062,00, e os países que compõem o BRICS, com renda *per capita* média de US\$/PPP 10.280,00, cada vez mais se fazem presentes no cenário internacional.

Dentre os países que compõem a OCDE examinaremos, em separado, os indicadores do Chile, da Hungria, do México e da Turquia, pois, apesar de fazerem parte da OCDE, possuem rendas *per capita* mais próximas às dos BRICS (EUA.CIA, 2010). Ao conjunto de países membros da OCDE, retirando-se esses quatro países, denominaremos de “bloco” OCDE.

Ao examinarmos diversos indicadores relativos à educação superior poderemos perceber as diferenças existentes entre o Brasil e os outros países que compõem o BRICS e aqueles do “bloco” OCDE, que já possuem uma situação cristalizada no contexto da constituição mundial numa sociedade estruturada no modo capitalista de produção (HARVEY, 2000, p.131).

Iremos, em primeiro lugar, analisar o tamanho do desafio educacional brasileiro, considerando o quantitativo da população a ser educada para, em seguida analisar as seguintes temáticas relativas à ES: a privatização e as taxas líquida e bruta; o limite socioeconômico para expansão da ES brasileira em que se discute sobre as vagas não preenchidas e a relação candidatos/vagas; o financiamento da ES no novo PNE; e, nas considerações finais, comparar os recursos públicos aplicados em ES no Brasil e outros

² Os valores US\$/PPP são aqueles valores em dólares que sofreram correções para obter a paridade do poder de compra (*Purchasing Power Parity* – PPP).

países, além de projetar, até 2050, como será o financiamento da ES se o país aplicasse 10% do PIB em educação, todos os níveis, etapas e modalidades.

2. O tamanho do desafio educacional brasileiro

Podemos examinar o tamanho dos desafios educacionais de um país considerando os percentuais do PIB que são aplicados em educação e calculando o valor aplicado por pessoa em idade educacional. O quantitativo de pessoas em idade educacional é obtido adicionando-se aqueles em idade de creche e pré-escola, idade de 0 a 5 anos, em idade de ensino fundamental, 6 a 14 anos, em idade de ensino médio, 15 a 17 anos e em idade de educação superior, 18 a 24 anos.

A tabela 01 mostra o valor aplicado por pessoa em idade educacional e o fator multiplicativo (FM) para se atingir o valor dos países do “bloco” OCDE. Pode-se considerar que quanto maior o fator multiplicativo, maiores serão os desafios educacionais para aquele país.

País	PIB (US\$/PPP em bilhões) 2011	% PIB aplicado em educação	População em idade educacional	Valor aplicado em educação em bilhões (US\$/PPP)	Valor aplicado por pessoa em idade educacional (US\$/PPP)	Fator de Multiplicação para atingir o valor da OCDE
Brasil	2.024,00	4,0	84.400.000	81,09	959,00	8,3
“bloco” OCDE	39.675,00	5,17	257.833.181	2.050,03	7.950,98	1,0
Rússia	2.380,00	3,9	35.043.319	92,82	2.648,72	3,0
Índia	4.463,00	3,1	557.261.930	138,353	248,27	32,0
China	11.290,00	3,3	415.339.912	372,57	897,02	8,9
África do Sul	555,00	5,4	20.105.821	29,97	1.490,61	5,3
Chile	281,00	4,0	5.380.607	11,24	2.088,98	3,8
Hungria	195,0	5,2	2.661.708	10,16	3.815,44	2,1
México	1.657,00	4,8	41.354.774	79,54	1.923,26	4,1
Turquia	1.026,00	2,9	24.266.277	29,75	1.226,15	6,5

Fonte: UNESCO- 2010, CIA-2010 e cálculos deste estudo

A Índia, com um fator multiplicativo de 32,0 seria o país com maiores desafios educacionais e, em seguida, a China, com o fator de 8,9 o Brasil, com 8,3 e a Turquia, com 6,5. A Hungria com fator multiplicativo de 2,1 e a Rússia com 3,0, estariam mais próximos de conseguir aplicar US\$/PPP 7.950,98 por pessoa em idade educacional – média do “bloco” OCDE. A África do Sul, com FM de 5,3 e o México com 4,1, estariam longe de poderem alcançar o valor médio do “bloco” OCDE. Esses países

teriam que aplicar recursos financeiros em percentuais muito elevados do PIB; o Brasil precisaria aplicar 33,2%, a África do Sul, 28,6% e o México 9,68%, para alcançarem os valores médios do “bloco” OCDE. Pode-se considerar que são percentuais inaplicáveis, considerando as carências desses países em outros setores sociais.

A relação percentual entre a população em idade educacional e a população total do país pode dar, também, uma indicação das dificuldades para se solucionar os seus problemas educacionais. A tabela 02 apresenta essa relação para os países em estudo.

País	População do país (A)	População em idade educacional (B)	%B/A
Brasil	189.000.000	84.400.000	45,0
“bloco” OCDE	1.250.451.497	257.833.181	20,6
Rússia	138.082.178	35.043.319	25,4
Índia	1.205.073.612	557.261.930	46,2
China	1.343.239.923	415.339.912	30,9
África do Sul	48.810.427	20.105.821	41,2
Chile	17.067.369	5.380.607	31,5
Hungria	9.958.453	2.661.708	26,7
México	114.975.406	41.354.774	36,0
Turquia	79.749.461	24.266.277	30,4

Fonte: UNESCO-2010, CIA-2010 e cálculos deste estudo

Com exceção da Rússia, com 25,4% de sua população em idade educacional e da Hungria, com 26,7% e dos países do “bloco” OCDE com o percentual médio de 20,6%, todos os demais países apresentam percentuais mais elevados – acima de 30% -, A Índia chegando a 46,2%, o Brasil, 45,0%, África do Sul, 41,2% e o México, a 36,0%, o que nos permite afirmar, comparando com o “bloco” OCDE que os desafios educacionais para esses países são muito maiores que os dos países do “bloco” OCDE.

A dinâmica populacional brasileira alterará substancialmente esse percentual até o ano de 2050 (BRASIL.IBGE, 2010) alterando esse elevado percentual do Brasil. A tabela 03 mostra a projeção do percentual da população em idade educacional.

Ano	População brasileira (milhões) (A)	População em idade educacional (0 a 24 anos) (B)	%B/A
2011	194,9	82,3	42,2
2020	207,1	75,4	36,4

2030	216,4	65,4	30,2
2040	219,1	57,6	26,3
2050	215,3	50,9	23,6
Fonte: IBGE-Censo demográfico de 2010, Projeção da População até 2050 e cálculos deste estudo			

Esse processo permitirá, portanto, que o Brasil possua um perfil populacional em que os problemas educacionais fiquem mais fáceis de serem solucionados, pois atingirá a partir de 2040, valores abaixo dos 30%.

3. A privatização e as taxas líquida e bruta da educação superior brasileira

O Censo Demográfico de 2010 apresentou o Brasil com uma população total de 190.757.799 habitantes; destes, 23.878.190 são jovens com idade entre 18 e 24 anos e que estariam, portanto, nas idades adequadas para realizarem um curso de graduação. Entretanto, o Censo da Educação Superior relativo ao ano de 2011 nos informa que estão matriculados 6.739.689 estudantes – adicionando-se alunos de cursos presenciais e a distância – sendo que apenas 3.411.050 estão com idade de 18 a 24 anos. Temos, portanto, uma taxa líquida de 14,3% e uma taxa bruta de 28,2%.

Segundo classificação internacional, a educação ES ainda é considerada elitista, por possuir uma taxa líquida inferior a 15%; limite que, alcançado, deixa essa classificação e se dirige à massificação, o que ocorre ao atingir os 30%. A educação superior é considerada universalizada quando atinge 50% de taxa líquida (GOMES e MORAES, 2012).

A ES brasileira é altamente privatizada, pois das 6.739.689 matrículas em 2011, 1.773.315 (26,3%) se realizaram em IES públicas e 4.966.374 (73,7%) em IES privadas. Para examinarmos o tamanho dos desafios brasileiros relativos à taxa bruta e à privatização, vamos comparar os dados do Brasil com os valores médios do “bloco” OCDE, do BRICS e do Chile, Hungria, México e Turquia. A tabela 04 apresenta essas informações. Definimos o Fator de Multiplicação (FM) para atingir a taxa bruta da OCDE para relativizar a “distância” existente entre os diversos países analisados e a média dos “bloco” OCDE.

País	Percentual de privatização da ES (%)	Taxa Bruta (%)	Fator de Multiplicação para atingir a taxa bruta do “bloco” OCDE
Brasil	73,7	28,2	2,4

“bloco” OCDE	5	67	1,0
Rússia	15	76	0,9
Índia	-	16	4,2
China	-	28	2,4
África do Sul	-	-	-
Chile	80	58	1,2
Hungria	16	66	1,0
México	33	26	2,6
Turquia	6	46	1,5
Fonte: Censo da Educação Superior de 2011 para o Brasil; UNESCO-2010 e OCDE-2011, para os outros países			

A taxa bruta da Índia é de 16%, do México é de 26%, da China é de 28% e do Brasil é de 28,2%. Para atingir os elevados percentuais já alcançados pelos países do “bloco” OCDE, Rússia, Hungria e Chile, os outros países terão que realizar uma grande expansão de seus sistemas terciários: a Índia possui um FM de 4,2, o México, de 2,6, a China e o Brasil, de 2,4 e a Turquia, 1,5.

Conclui-se que o Brasil terá ainda que crescer muito o quantitativo de jovens matriculados na educação superior, tanto pública quanto privada. Há, entretanto, como já vimos, uma alteração na dinâmica de crescimento da quantidade de pessoas, o que levará a uma estabilização no total da população, com uma forte diminuição no número de crianças e jovens em idade educacional (0 a 24 anos). A tabela 05 mostra o resultado de um estudo do IBGE que projetou a evolução desse quantitativo até 2050.

Tabela 05 – Dinâmica populacional em idade educacional até 2050 (em milhões)

Nível/Etapa da educação	2011	2020	2030	2040	2050	Varição % (2011-2050)
Creche	11,8	10,1	9,3	8,0	7,1	40
EI – 4 a 5 anos	6,4	5,2	4,8	4,2	3,7	42
Ensino Fundamental	30,7	26,2	22,6	20,5	17,6	43
Ensino Médio	9,9	10,1	7,9	7,3	6,4	35
Educação Superior	23,5	23,8	20,8	17,6	16,1	31
Total da população em idade educacional	82,3	75,4	65,4	57,6	50,9	38
POPULAÇÃO BRASILEIRA	194,9	207,1	216,4	219,1	215,3	11

Fonte: IBGE-2010

Haverá, portanto, uma elevação da população até 2040, de 194,9 milhões em 2011 para 219,1 milhões em 2040 e, já em 2050 a população terá diminuído para 215,3 milhões de pessoas. A população em idade educacional diminuirá em 38% e os jovens com idade entre 18 e 24 anos sofrerá uma redução de 23,5 milhões para 16,1 milhões.

Deve-se ressaltar que essa dinâmica populacional colaborará para que o Brasil eleve a taxa bruta na educação superior. A tabela 06 apresenta a projeção para o quantitativo de estudantes matriculados nesse período, para atingirmos a taxa bruta de 50%.

Tabela 06 – Projeção no número de matriculados para taxa bruta de 50% no Brasil			
Ano	Número de jovens com idade de 18 a 24 anos	Número de matrículas na ES para taxa bruta de 50%	Crescimento em relação do total de 2011 (6.739.689)
2011	23.878.190	11.939.095	77,1%
2020	23.754.743	11.877.372	76,2%
2030	20.772.452	10.386.226	54,1%
2040	17.582.673	8.791.337	30,4%
2050	16.120.983	8.060.492	12,0%

Fonte: Censo Demográfico de 2010 para 2011 e projeções do IBGE para os outros anos

A tabela anterior mostra a diminuição da dificuldade para o Brasil vencer esse desafio; em relação aos estudantes efetivamente matriculados em 2011 (6.739.689), há uma drástica queda na necessidade de expansão, de 77,1% em 2011 para 12,0% em 2050.

Entretanto, não devemos nos esquecer que os desafios relativos à saúde dos idosos e ao pagamento de previdência social serão gradativamente elevados. A tabela 07 apresenta a evolução percentual da população brasileira com idade a partir de 61 anos, nesse mesmo período.

Tabela 07 – Percentual da população com idade a partir de 61 anos (2011-2050)			
Ano	População brasileira (A)	População com idade a partir de 61 anos (B)	% (B/A)
2011	194.932.685	18.570.421	9,5
2020	207.143.243	28.321.799	13,7
2030	216.410.030	38.061.298	17,6
2040	219.075.130	49.123.402	22,4
2050	215.287.463	61.036.746	28,4

Fonte: Censo Demográfico de 2010 para 2011 e projeções do IBGE para os outros anos

A população brasileira chegará, portanto, em 2050, com 28,4% de sua população com idade a partir de 61 anos e as políticas a serem implementadas com os recursos do fundo público precisam considerar a evolução percentual presente na tabela anterior.

Considerando a próxima década, há a necessidade de expandir a educação superior e isto deve se realizar tanto nas esferas públicas quanto privadas. Entretanto, as

desigualdades brasileiras impedem que exista a expansão sem o aporte de substancial volume de recursos públicos, como veremos a seguir.

4. O limite socioeconômico para a expansão da educação superior brasileira

Analisando a quantidade de vagas que ficaram sem preenchimento nas IES e as relações candidatos/vagas oferecidas em três momentos, 1995, primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, 2005, último ano de primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva e 2011, segundo ano do governo de Dilma Rousseff, podemos dizer que há indícios de que a população brasileira está atingindo um limite, a partir do qual não é mais possível às famílias financiarem uma educação superior para os seus jovens – tanto em IES públicas, quanto privadas, uma vez que a frequência a um curso de graduação – independentemente da gratuidade ou não da instituição – possui um custo elevado, que se relaciona a transporte, alimentação, aquisição de material para o curso, fotocópias, vida cultural etc.

A separação de datas propostas se justifica pelo fato de que no período 1995-2005 houve uma grande expansão do setor privado (213,6%) e no período 2005-2011 continuou a expansão privada (49,5%) mas, houve, também uma expansão do setor público de 42,2%, não tão distante da expansão privada. A tabela 08 apresenta os dados dessa expansão.

Ano	Federais	Estaduais	Municipais	Total Públicas	Privadas
1995	367.531	239.215	93.794	700.540	1.059.163
2005	595.327	514.726	136.651	1.246.704	3.321.094
2011	1.032.936	619.354	121.025	1.773.315	4.966.374
Δ (1995-2005)%	62,0	151,7	45,7	78,0	213,6
Δ (2005-2011)%	73,5	20,3	- 11,4	42,2	49,5

Fonte: INEP: Censo da Educação Superior (1995-2011)

Como vimos, a educação superior brasileira ainda é elitista e a taxa bruta ainda precisa crescer muito. Entretanto, a tabela 09 mostra nestes três períodos como se comportaram o quantitativo de vagas não preenchidas e a relação candidatos/vagas oferecidas em cursos presenciais.

Ano	IES públicas	IES privadas
-----	--------------	--------------

	% vagas não preenchidas	Relação candidatos/vagas	% vagas não preenchidas	Relação candidatos/vagas
1995	11,3%	7,9	18,5%	2,9
2005	7,9%	7,4	47,8%	1,3
2011	12,0%	10,6	54,1%	1,5
Fonte: INEP: Censo da Educação Superior (1995-2011)				

Chama a atenção o grande aumento no percentual de vagas não preenchidas nas IES privadas, partindo de 18,5% em 1995 para 54,1% em 2011 e a grande queda na relação candidatos/vagas, que era 2,9 em 1995 e em 2011 foi de 1,5. São dois movimentos que sinalizam a impossibilidade das famílias brasileiras de efetuarem suas matrículas nas IES privadas. Por outro lado, era de se esperar que houvesse uma grande elevação na relação candidatos/vagas nas IES públicas, considerando a elevação de vagas oferecidas e, também a introdução, sobretudo nas IES federais, dos programas de inclusão, o que não ocorreu, sinalizando também uma impossibilidade das famílias manterem seus jovens numa IES pública.

Examinando o perfil socioeconômico da população, podemos verificar que existe um limite à quantidade de famílias que podem manter seus jovens realizando um curso de graduação. A tabela 10 apresenta a quantidade de moradores em domicílios particulares por classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*, em salários mínimos (s.m.).

Tabela 10 – Moradores em domicílios particulares por classe de rendimento mensal			
Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo-s.m.)	Moradores em domicílios particulares permanentes	%	Média de moradores em domicílios particulares permanentes
Até 1/8 s.m.	10.232.325	5,4	4,9
Mais de 1/8 a 1/4 s.m.	18.351.811	9,7	4,7
Mais de 1/4 a 1/2 s.m.	38.551.353	20,4	3,9
Mais de 1/2 a 1 s.m.	52.657.183	27,8	3,2
Mais de 1 a 2 s.m.	36.912.697	19,5	2,9
Mais de 2 a 3 s.m.	11.033.158	5,8	2,7
Mais de 3 a 5 s.m.	8.001.625	4,2	2,6
Mais de 5 a 10 s.m.	4.999.887	2,6	2,4
Mais de 10 s.m.	1.837.032	1,0	2,1
Sem Rendimentos	6.824.313	3,6	2,8
TOTAL	189.401.384	100	3,3
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010			

Verifica-se que grande parte dos habitantes vive em famílias que são consideradas como extremamente pobres (até 1/8 s.m. *per capita*), pobres (mais de 1/8 a

¼ s.m. *per capita*) ou vulneráveis (mais de ¼ a 1 s.m. *per capita*) pelo IPEA (IPEA, 2012) e são exatamente aquelas famílias que possuem os maiores números de moradores por domicílio.

Neste estudo consideraremos que só conseguem estudar na educação superior, tanto em instituições públicas quanto privadas, aquelas pessoas que residem em domicílios com renda *per capita* a partir de dois salários mínimos. Essas pessoas teriam condições de custear transporte, alimentação, aquisição de material para o curso, livros, fotocópias, vida cultural etc. A quantidade de pessoas que reside nessas famílias nas faixas etárias de 18 e 19 anos, 20 a 24 e 25 a 29 anos está mostrada na Tabela 11.

Renda domiciliar <i>per capita</i>	Idades			TOTAL
	18 e 19	20 a 24	25 a 29	
Mais de 2 a 3 s.m.	301.432	1.045.317	1.194.314	2.541.063
Mais de 3 a 5 s.m.	183.241	641.314	864.461	1.689.016
Mais de 5 s.m.	119.334	405.254	667.042	1.191.630
TOTAL	604.007	2.091.885	2.725.817	5.421.709

Fonte: Censo Demográfico 2010 e elaboração deste estudo

Na educação superior estão matriculados no ano de 2011 um total de 6.739.299, todas as idades, sendo que destes, 4.813.301 possuem idade de 18 a 29 anos (BRASIL.INEP, 2012). Podemos considerar que entre os 5.421.709 jovens com idade entre 18 e 29 anos que poderiam realizar um curso de graduação já se encontram os 4.813.301 que estão matriculados, o que nos permite afirmar que há um limite próximo à expansão do setor privado e, também do setor público, em função do perfil socioeconômico da população.

Portanto, o caminho para ampliação das matrículas em todos os níveis educacionais é complexo e os desafios para que esse nível educacional atinja patamares elevados de qualidade exige mudanças significativas na estrutura socioeconômica da população, além da aplicação dos recursos financeiros públicos aplicados em educação, em todos os seus níveis, etapas e modalidades que precisam se dirigir, também, para ações permitam a permanência dos estudantes na IES.

O Brasil encontra-se, portanto, numa encruzilhada em termos de financiamento da ES, já que, atingido o limite para expansão, há que se elevar o volume de recursos financeiros a ser aplicado nas IES públicas, tanto federais quanto estaduais e

municipais, sendo que estas possuem a especificidade de, fundações municipais, também cobrarem mensalidades. Para que isso ocorra será preciso elevar os recursos financeiros aplicado na educação brasileira, o que está em discussão no Congresso Nacional, para o estabelecimento de um novo Plano Nacional de Educação (PNE).

5. O financiamento da educação superior no novo PNE

O Projeto de Lei 8.035/2010 estabeleceu as seguintes propostas de metas que diretamente se relacionam com a educação superior:

Meta 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 13– Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Meta 14 – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. (BRASIL.LEI 8.035, 2011)

Especificamente sobre a meta 12, o MEC, em Notas Técnicas (BRASIL.MEC, 2011) encaminhadas à Câmara dos Deputados, considerou no final da década do novo Plano as seguintes condições para projetar o financiamento associado à expansão: a relação de matrículas públicas-privadas seria de 26,4% públicas e 73,6% privadas; 50% das matrículas expandidas na esfera pública seriam em cursos presenciais e 50% em cursos oferecidos a distância (EAD); e o custo aluno/ano do estudante em cursos EAD seria 20% do aluno em cursos presenciais. Além disso, em suas considerações o MEC estimou que deveríamos passar de um total de 5.905.021 estudantes em 2009 para um total de 11.517.600 estudantes em 2020, ou seja, um aumento de 93,4% (O MEC considerou que o período do novo PNE seria 2011-2020). As metas 13 e 14 se referem a aspectos relacionados elevação da qualidade da educação superior e da matrícula na pós-graduação *stricto sensu*.

O fato da proposta contida nas Notas Técnicas indicar a permanência da relação de matrículas públicas e privadas existente em 2009 implica em manter o Brasil na lista dos países do mundo com um dos maiores percentuais de matrículas em instituições

privadas de educação superior, como já vimos. Ao propor que no Brasil em 2020 o percentual público seja de 26,4% e o percentual privado de 73,6%, o Governo Federal não planeja, portanto, alterar esta incômoda situação de elevados percentuais de matrículas privadas.

Se em 2020, conforme a proposta apresentada pelo Governo Federal deveríamos ter 11.517.160 pessoas matriculadas na ES, isto significa que deveríamos ter no setor privado um total de 8.476.630 estudantes, o que representa a incorporação de mais 4.946.243; temos, portanto, que praticamente dobrar o tamanho do setor privado. A menos que nesse período haja uma grande mudança no perfil socioeconômico da população brasileira, é certo que não existirão tantas novas famílias em condições de efetivar o pagamento de mensalidades, como já vimos.

A expansão do setor público, neste caso, deveria incorporar um total de 1.523.634 novos estudantes – o que significaria, também, praticamente dobrar a ES pública. Dessas matrículas novas o MEC propõe, ainda, que a metade deles, 761.817 matrículas seja em cursos oferecidos a distância (EAD), a um custo de 20% do custo da matrícula presencial.

O quantitativo de matrículas em cursos oferecidos a distância é ainda baixa no Brasil; eram apenas 838.125 matrículas em 2009, 14,1% do total, sendo que nas IES públicas, são apenas 86.550, 1,4% do total. A experiência brasileira no ensino de graduação a distância é ainda pequena e a expansão deve ser mais bem controlada e, saltar de 85.550 para 848.367, um crescimento de 880%, é uma tarefa extremamente de grande risco quanto à qualidade dos cursos oferecidos. Além disso, os recursos financeiros associados às matrículas em EAD não podem, principalmente no início do processo ser tão baixo, apenas 20% do presencial.

Essas condições restritivas estabelecidas pelo Governo Federal estão associadas ao patamar estabelecido na meta 20 do PL 8.035, de aplicar em educação no ano 2020 recursos financeiros equivalentes a 7% do PIB, sendo que diversas simulações indicam que o percentual que viabilizaria os princípios, os objetivos e as metas do PNE 2011-2020 seria de 10% do PIB (PINTO, 2011 e AMARAL, 2011).

Considerando que o volume total de recursos financeiros aplicados em educação em 2020 esteja no patamar de 10% do PIB, podemos adotar medidas menos restritivas

que as do Governo Federal e que promovam uma expansão da ES com melhores condições para que ela seja exequível, e com melhor qualidade. Dessa forma, consideraremos neste estudo que a expansão alterará os percentuais existentes nos setores público e privado para 40% no setor público e 60% no setor privado – retomando uma meta aprovada no PNE 2001-2010 e vetada pelo Executivo; que os cursos a distância signifiquem na expansão 25% das matrículas expandidas e que os recursos associados à matrícula em cursos a distância sejam 60% daquele recurso associado à matrícula presencial.

Dessa forma, deveríamos chegar em 2020 com 11.517.160 pessoas matriculadas na ES, sendo 4.606.864 matriculados na ES pública e 6.910.296 na ES privada. Em 2009 são 1.523.634 e 4.430.387, respectivamente. A tabela 12 mostra os quantitativos de estudantes presenciais e a distância, em cada uma das esferas administrativas, para que em 2020 tenhamos 75% da expansão em cursos presenciais e 25% da expansão em cursos a distância.

Tabela 12 – Número de matrículas em 2020 na visão dos 10% do PIB				
IES	2009		2020	
	Matrículas presenciais	Matrículas a distância	Matrículas presenciais	Matrículas a distância
Federais	752.847	86.550	2.041.192	472.827
Estaduais	480.145	86.059	1.301.816	470.144
Municipais	118.176	87	320.410	475
Particulares	2.899.763	527.838	4.332.499	1.019.668
Com/Conf/Filan	864.965	137.591	1.292.333	265.796
TOTAL	5.115.896	838.125	9.288.250	2.228.910

Fonte: INEP: Censo da Educação Superior de 2009 e cálculos deste estudo

Chegaríamos em 2020 com 9.288.250 alunos matriculados nos cursos presenciais e 2.228.910 matriculados na educação a distância, ou seja, uma elevação de 82% e 166%, respectivamente. A tabela 13 mostra as expansões percentuais que cada uma das esferas administrativas deveriam realizar nas matrículas presenciais e em EAD.

Tabela 13 – Percentuais de expansão para cada esfera administrativa, de 2009 para 2020		
IES	2020/2009	
	Matrículas presenciais (%)	Matrículas a distância (%)
Federais	171	446

Estaduais	171	446
Municipais	171	446
Particulares	49	93
Com/Conf/Filan	49	93
TOTAL	82	166
Fonte: INEP: Censo da Educação Superior de 2009 e cálculos deste estudo		

As públicas precisarão elevar suas matrículas presenciais e a distância em 171% e 49% e as IES privadas, 149% e 93%, respectivamente.

Para calcular o valor total de recursos financeiros a serem aplicados em 2020 consideraremos que serão aqueles apresentados pelo Censo da Educação Superior de 2005, corrigidos pelo IPCA para janeiro de 2011. A tabela 14 mostra esses valores.

Tabela 14 - Despesas realizadas pelas IES brasileiras em 2005 como percentuais do PIB

(Valores em R\$ bilhões, a preços de janeiro de 2010, corrigidos pelo IPCA)

Esfera Administrativa	Despesas	% PIB
Federal	19,17	0,70
Estadual	9,65	0,35
Municipal	1,51	0,05
Total	30,33	1,10
Particulares	15,32	0,56
Comun/Confes/Filant	15,94	0,58
Total	31,26	1,14
Total Geral	61,59	2,24
Fonte: INEP: Censo da Educação Superior – 2005 e cálculos deste estudo		

Esses recursos financiaram os quantitativos de alunos da tabela 15, sendo que em 2005 o quantitativo de matrículas presenciais atingiu o total de 4.453.156 e a distância, 127.014.

Tabela 15 – Número de matrículas em 2005		
Esfera Administrativa	Matrículas presenciais	Matrículas a distância
Federal	579.587	15.676
Estadual	477.349	37.377
Municipal	135.253	0
Particular + Com/Conf/Fil	3.260.967	73.961
TOTAL	4.453.156	127.014
Fonte: INEP: Censo da Educação Superior – 2005		

Nota-se da tabela anterior que o quantitativo de matrículas em EAD no ano de 2005 era pequeno; o crescimento de 2005 para 2009 foi de 560%. Um crescimento muito rápido e que necessita ainda de adquirir uma estabilidade no que se relaciona a aspectos de qualidade da formação dos alunos e de ação institucional dirigida a essa forma de oferecimento da educação superior.

Com as informações das tabelas 14 e 15 podemos obter o valor aplicado por aluno no ano de 2005, considerando que o esse valor para a EAD é de 60% do aplicado por aluno nos cursos presenciais. A tabela 16 mostra o resultado.

Tabela 16 – Valor aplicado por aluno em 2005 (Valores em R\$ a preços de janeiro de 2011, corrigidos pelo IPCA)		
Esfera Administrativa	2005	
	Valor por aluno em cursos presenciais	Valor por aluno em cursos a distância (60% dos presenciais)
Federal	32.547,00	19.528,00
Estadual	19.309,00	11.585,00
Municipal	11.164,00	6.699,00
Particular + Com/Conf/Fil	9.457,00	5.674,00
Fonte: Cálculos deste estudo		

Ressalte-se que estão incluídas nesses valores aplicados por aluno todas as despesas realizadas nas instituições: pagamento de pessoal ativo; pagamento de aposentados e pensionistas; pagamento de água, luz, telefone, vigilância, limpeza, material de consumo, reformas de prédios; manutenção dos hospitais universitários, orquestras, fazendas, corais, rádios, TVs; construção de prédios, aquisição de equipamentos etc. Isto significa que os valores da tabela 16 não podem ser interpretados como custo do aluno de graduação das instituições que deve retirar, dentre outros, o pagamento de aposentados e pensionistas e parte dos recursos dos hospitais universitários. O cálculo do custo do aluno de graduação utilizando os dados financeiros de 2005 foi realizado por Amaral e Pinto. (AMARAL e PINTO, 2011, p. 68)

Utilizando os valores por aluno da tabela anterior e as matrículas em 2020 da tabela 12, seria necessário que o Brasil aplicasse de recursos públicos e privados – das famílias – , um total de R\$ 156,7 bilhões na ES, sendo que projeções do Ministério da Fazenda (BRASIL.MF, 2010) mostram que o PIB brasileiro em 2020 deverá atingir o valor de R\$ 4,21 trilhões; dessa forma esses R\$ 156,7 bilhões significariam em 2020, 3,72% do PIB, sendo que os recursos públicos federais seriam 1,80% do PIB, os

estaduais, 0,72%, os municipais, 0,09% e os privados, 1,11% do PIB. A tabela 17 apresenta esses percentuais, comparando-os com os percentuais aplicados em 2005.

Esfera Administrativa	2005 (%)	2020 (%)
Federal	0,70	1,80
Estadual	0,35	0,72
Municipal	0,05	0,09
Particular + Com/Conf/Fil	1,14	1,11
TOTAL	2,24	3,72

Fonte: Cálculos deste estudo

Os recursos federais precisariam sofrer a maior elevação como percentual do PIB, de 0,70% para 1,80%. A esfera privada deverá continuar aplicando em torno de 1,10% do PIB e as esferas estaduais e municipais teriam que praticamente que dobrar os seus percentuais em relação ao PIB.

Portanto, dos recursos totais – supondo a aprovação dos 10% do PIB – um total de 2,61% deveriam se dirigir à educação superior pública, para que tivéssemos uma taxa bruta de 50% e uma taxa líquida de 33%.

6. Considerações finais: o Brasil e os recursos aplicados em ES em outros países

O Brasil passando a aplicar em educação um volume de recursos equivalente a 10% do PIB, e chegando em 2020 aplicando 2,61% do PIB, nos leva a comparar esse percentual com aquele aplicado pelos países da OCDE, que foi de 1,4% em 2009 (OCDE, 2011). Examinando somente este indicador, temos a sensação de que o Brasil estaria aplicando muito mais recursos que os países da OCDE; entretanto, para uma análise mais completa precisaríamos considerar ainda duas outras informações: o valor do PIB do país e o tamanho do alunado a ser atendido, o que pode ser expresso pela quantidade de pessoas do país que estão em idades adequadas para participarem do processo educacional na ES. A tabela 18 apresenta essa análise para diversos países.

País	% PIB aplicado em ES	PIB/PPP de 2009 (US\$/PPP bilhões)	Valor aplicado em educação (US\$/PPP bilhões)	População em idade educacional de ES	US\$/PPP por pessoa em idade educacional de ES
BRASIL	2,61	2.024	52,8	23.034.321	2.293,38
Rússia	1,2	2.103	25,2	111.929.016	225,46
Índia	1,3	3.548	46,1	117.642.131	392,07
China	-	8.767	-	12.237.264	-

África do Sul	0,7	488	3,4	5.053.122	676,02
México	1,1	1.473	16,2	9.648.392	1.679,35
Argentina	1,1	558	6,1	3.297.568	1.861,37
Chile	1	244	2,4	1.469.094	1.660,89
Portugal	1,1	232	2,6	626.228	4.075,19
Coréia do Sul	0,9	1.343	12,1	3.266.647	3.700,12
França	1,3	2.113	27,5	3.965.925	6.926,25
Dinamarca	2,4	199	4,8	295.584	16.157,84
Canadá	1,8	1.278	23,0	2.226.706	10.330,96
Espanha	1,1	1.367	15,0	2.523.345	5.959,15
Austrália	1,1	819	9,0	1.451.761	6.205,57
Alemanha	1,3	2.812	36,6	4.924.663	7.423,05
Japão	0,8	4.141	33,1	6.787.174	4.880,97
Estados Unidos	1,3	14.250	185,3	22.008.178	8.417,33
Noruega	2,2	277	6,1	290.564	20.973,00
Fonte: UNESCO-2010, CIA,-2010, OCDE-2012 e cálculos deste estudo					

Esta tabela mostra que mesmo aplicando o equivalente a 2,61% do PIB em ES, o Brasil ainda ficaria com valores da ordem de US\$/PPP 2.293,38, que é um valor pequeno comparado com os países mais ricos. Continuando a aplicar o equivalente a 2,61% do PIB ao longo das próximas décadas, a tabela 19 mostra os valores por pessoa em idade educacional até o ano de 2050, utilizando para o crescimento do PIB dados do Ministério da Fazenda (BRASIL.MF, 2010).

Ano	% PIB aplicado em ES	PIB/PPP de 2009 (US\$/PPP bilhões)	Valor aplicado em educação (US\$/PPP bilhões)	População em idade educacional de ES	US\$/PPP por pessoa em idade educacional de ES
2020	2,61	3.059	79,8	23.754.743	3.361,01
2030	2,61	3.837	100,2	20.772.452	4.821,31
2040	2,61	4.505	117,6	17.582.673	6.687,29
2050	2,61	5.002	130,6	16.120.983	8.098,28
Fonte: UNESCO-2010, MF-2010 e cálculos deste estudo					

Verifica-se que até o ano de 2030 o Brasil já entraria no conjunto de alguns países da OCDE, como a Austrália, Espanha, França e Alemanha; entretanto, somente em 2050 o Brasil atingiria um valor próximo ao dos Estados Unidos, que foi de US\$/PPP 8.417,33.

Esse nível educacional, pelo papel que desempenha para o desenvolvimento do Brasil, além de necessitar de grande expansão, ainda precisa elevar a sua qualidade e essa comparação nos permite afirmar que se nas próximas décadas Brasil estiver aplicando o equivalente a 10% do seu PIB em educação e, desses recursos, 2,61% na

educação de seus jovens de 18 a 24 anos, estaríamos dando um grande passo para implantar uma configuração na educação brasileira que atende a esses jovens de forma adequada, em IES que possam desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade, sendo ainda responsáveis por desenvolver novos conhecimentos, novas tecnologias e novos processos de inovação que possam ser incorporados à dinâmica do País, propiciando um melhor desenvolvimento econômico e social.

Referências

- AMARAL, N. C. A hora da verdade para o financiamento da educação brasileira: a visão dos 10% do PIB. <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao>. Acesso em 18/jun./2011
- AMARAL, N. C. e PINTO, J. M. de R. O financiamento das IES brasileiras em 2005: recursos públicos, privados e custo dos alunos. *Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Dossiê: Política de Educação Superior no Brasil Pós-LDB/1996, Campo Grande-MS, n. 30, p. 51-70, jul./dez. 2010.
- BARROS, C.M. Ensino Superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (décadas de 1960/70). Dissertação de mestrado. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo-SP, 2007.
- BRASIL.IBGE. *Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 1980-2050 – Revisão* 2008. <http://www.ibge.gov.br/home/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm>. Acesso em: 09/jan./2010.
- BRASIL.IBGE. *Século XX: Dados populacionais*. <<http://seculoXX.ibge.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra=chave/populacao>>. Acesso em: 08/jul./2013.
- BRASIL.INEP. Censo da Educação Superior - 2011. www.inep.gov.br. Acesso em: 15/mai./2012.
- BRASIL.IPEA. *Comunicados do Ipea N°. 124* Disponível em: <http://www.ipe.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12630>. Acesso em: 10/jan./2012.
- BRASIL.LEI 8.035. *Projeto de Lei N°.8.035* <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_detalhe.asp?id=490116>. Acesso em: 2/fev./2011.
- BRASIL.MEC. *Notas Técnicas* Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/imagens/pdf/notas_tecnicas_pne.pdf>. Acesso em: 20/out./2011.
- BRASIL.MF. *Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal – dezembro de 2009*. <

- https://www.tesouro.fazenda.gov.br/downloads/lei_responsabilidade/RRdez09.pdf >. Acesso em: 10/jan./2010.
- EUA.CIA. *The World Factbook 2010*. < https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/region/region_soa.html >, Central Intelligence Agency. Acesso em: 14/fev./2010.
- FÁVERO, M. L. A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000a.
- GOMES, A. M. e MORAES, K. N. Educação Superior no Brasil Contemporâneo: transição para um sistema de massa. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.33 n. 118 p.171-190, jan. – mar. 2012.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2000.
- OCDE. *Education at a Glance – 2011*. <<http://www.oecd.org/document>>. Acesso em 20/dez./2011.
- PINTO, J. M. R. Quanto custa financiar um PNE “prá valer”? <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao>>. Acesso em 20/jun./2011